00008

0 em 17 10 g 20 19 3 1 4 NV VAIBIR 1 46957

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 18/09/2012		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 2012							
	AUTOR Deputado GERALDO SIMÕES – PT/BA						Nº PRONTUÁRIO		
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBS	STITUTIVA	3 () MO	TIPO DIFICATIVA	4 (X) ADI	TIVA 50 SUE	STITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA		ARTI	GO	PARÁG	RAFO	INCISO	ALINEA		

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória Nº 579 de 11 de setembro de 2012 o seguinte texto, renumerando-se adequadamente:

- Art. 1º A prorrogação de contratos de arrendamento de área ou instalação portuária, firmados antes da entrada em vigor da Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 passa a obedecer às disposições constantes dos Artigos 2º a 4º desta Lei.
- Art. 2º Os contratos a que alude o Artigo 1º, e ainda vigentes na data de publicação desta Lei, poderão ser prorrogados por prazo tal que a duração total do contrato alcance cinquenta anos, contados das datas das suas respectivas assinaturas.
- § 1º Se contrato ainda vigente na data de publicação desta lei já houver sido prorrogado, mas por prazo inferior ao que seria estabelecido mediante a aplicação da regra prevista no caput deste artigo, proceder-se-á à adaptação do termo contratual, a fim de que a duração total do contrato, contados o período inicial e o de prorrogação, alcance cinquenta anos.
- § 2º O prazo total do contrato, fixado conforme o *caput* deste artigo, é improrrogável.
- Art. 3º Está sujeito à prorrogação de que trata esta Lei apenas o contrato que contenha cláusula permissiva de prorrogação.

JUSTIFICAÇÃO

ASSINATURA		
 helen	is hours	
	<u></u> ,	ω. / Κ
		m ⁵

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

,	

DATA 18/09/2012		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 2012							
AUTOR Deputado GERALDO SIMÕES – PT/BA							Nº	Nº PRONTUÁRIO	
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBS	STITUTIVA	3 () MC	TIPO DIFICATIVA	4 (X) AD	ITIVA 50SL	JBSTIT	UTIVO GLOBAL	
PÁGINA		ARTI	GO	PARÁG	RAFO	INCISC)	ALÍNEA	

Esta emenda tem a finalidade incluir na MP579/2012, que trata da concessões para infraestrutura industrial do Brasil, dispositivos de adequação da infraestrutura portuária que são tão necessários e urgentes nesta conjuntura de desenvolvimento de nossa economia.

As medidas aqui elencadas buscam a solução definitiva e, espera-se, incontroversa para o problema da exploração de áreas e instalações portuárias arrendadas em data anterior à de entrada em vigor da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, a chamada Lei dos Portos

Até a edição da Lei dos Portos, de acordo com a regulamentação legal vigente, era praxe realizar arrendamentos com prazo de dez anos, prorrogável por igual período. A partir dela, no entanto, a prática foi alterada, prevalecendo a assinatura de contratos com prazo de vigência de vinte e cinco anos, prorrogável por igual período. No rumo, note-se, do que prevê o art. 4º da referida lei, segundo o qual os contratos podem ser prorrogados uma única vez, não podendo o tempo total de contratação ultrapassar cinquenta anos.

Tal alteração, se positiva desde o ponto de vista da promoção de investimentos nos portos, acabou perturbando o ambiente portuário na medida em que não trouxe consigo uma solução que ao menos mitigasse a evidente disparidade entre a situação de antigos e de novos investidores. Enquanto estes desfrutam de um horizonte de negócio de até cinquenta anos, aqueles permanecem vinculados a um prazo bem menor, que na maioria dos casos está por se extinguir.

A consequência evidente da manutenção desse cenário é que o porto acaba por experimentar movimentos contrários: de um lado, empresários animados a investir grandes quantias, favorecidos pela perspectiva de ganhos a longo prazo – é o porto que avança; de outro, empresários receosos de levar ao porto pequenos investimentos, dada a situação precária em que se encontram – é o porto que se estagna.

Quer nos parecer que esse estado de coisas não pode mais continuar.

Há antigos arrendatários que, de boa-fé, diante da possibilidade da prorrogação prevista nos Artigos 48 e 53 da própria Lei dos Portos, investiram no aperfeiçoamento dos negócios e das instalações, certos de que uma solução razoável seria encontrada pelas autoridades para a situação peculiar em que se achavam, Hoje, defrontam-se com o alto risco de não recuperar alguns de seus

ASSINATURA	V:7 3%
 lestes by	ws
 A	
V	., 5
	\mathcal{M}_{k}

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	ETIQUETA
į	
ĺ	
1	A SERVICE CONTRACTOR OF THE SERVICE CONTRACT
ĺ	

DATA 18/09/2012	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 2012						
	AU* Deputado GERALI	TOR DO SIMŌE	ES - PT/BA		N°	PRONTUÁRIO	
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MC	TIPO DDIFICATIVA	4 (X) ADI	TIVA 50 SUBSTIT	TUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ART	IGÓ	PARÁG	RAFO	INCISO	ALINEA	

investimentos.

Poderia e pode ser diferente.

Basta que se equipare o prazo total dos antigos arrendamentos ao prazo total dos novos arrendamentos, feitos após a Lei dos Portos. Os contratos antigos, mesmo com a adoção da regra aqui proposta, não terão um prazo total superior ao dos contratos mais recentes. Lembre-se, aliás, que para vários casos — contratos já prorrogados por igual período — trata-se simplesmente de acrescentar alguns poucos anos aos que faltam para o término do ajuste.

E ainda mais. Sendo prerrogativa da autoridade portuária decidir pela prorrogação dos contratos, nada lhe custa exigir do contratado a observância de condições aplicadas a contratos mais modernos, igualando o tratamento dispensado aos arrendatários.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2012

Deputado GERALDO SIMOES PT/BA

ASSINATURA

MP 599